EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.11.05.01

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 2026.11.05.01-PE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA SOB O Nº. 01.612.620/0001-44, COM SEDE NA RUA PRINCIPAL, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 64.222-000, CAJUEIRO DA PRAIA/PI, NESTE ATO REPRESENTADA PELO PREFEITO FELIPE DE CARVALHO RIBEIRO QUE DESIGNOU POR MEIO DA PORTARIA Nº. 004/2026 DO DIA 05 DE JANEIRO DE 2026, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO KLAILSON DA COSTA FREITAS, TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MENOR PREÇO POR ITEM,** NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E 147/2014 E AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **https://bbmnet.com.br/**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	10H:00MIN DO DIA 17/11/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO ESCLARECIMENTO:	10H:00MIN DO DIA 01/12/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	10H:01MIN DO DIA 01/12/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	10H:30MIN DO DIA 01/12/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	**https://bbmnet.com.br/**
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**
O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NOS SITES:	✓ **HTTPS://WWW.TCEPI.TC.BR/;** ✓ **HTTP://TRANSPARENCIA.CAJUEIRODAPRAIA.PI.GOV.BR;** ✓ **HTTPS://BBMNET.COM.BR/.**

DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Por se tratar de Registro de Preço, a relação referente as informações orçamentarias, para o Exercício Financeiro, estarão constantes apenas no ato contratual.

2.2 Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 17 do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.3 **DO SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição supra, fundamenta-se em sua relevância como ferramenta estratégica de gestão pública, à medida que possibilita otimizar os processos de contratação, promovendo eficiência, economicidade e agilidade.

2.4 É especialmente adequada para garantir o fornecimento/prestação de serviço planejado e parcelado, sendo possível assegurar que os produtos/serviço sejam adquiridos/prestados conforme a necessidade do Municipio.

2.5 A utilização do registro de preços, especialmente na modalidade de pregão eletrônico, reforça a transparência e o controle das contratações públicas, permitindo à Administração, monitorar e fiscalizar os preços praticados no mercado, além de oferecer flexibilidade para renegociar ou cancelar registros que se tornem desvantajosos ou inviáveis. O ambiente eletrônico também gera dados importantes que subsidiam o planejamento, a avaliação e a auditoria das contratações, garantindo maior previsibilidade e competitividade nos processos licitatórios.

2.6 As diretrizes que regulamentam as atribuições do órgão gerenciador, dos órgãos participantes e as condições para adesões eventuais estão detalhadas na minuta da Ata de Registro de Preços. Esse documento assegura a conformidade com a legislação vigente e a transparência em todas as etapas do processo.

2.7 A Ata de REGISTRO DE PREÇOS, durante sua vigência, PERMITE ADESÃO conforme Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços (art. 32, inciso II do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023).

2.9 As demais regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

DO CREDENCIAMENTO

3.1 O credenciamento no **PORTAL DE LICITAÇÕES BBMNET** permite a participação dos interessados na modalidade **LICITATÓRIA PREGÃO**, em sua **FORMA ELETRÔNICA**.

3.2 O cadastro deverá ser feito no **PORTAL DE LICITAÇÕES BBMNET**, no sítio https://bbmnet.com.br/;

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4 O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE LICITAÇÕES BBMNET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE LICITAÇÕES BBMNET**.

4.2 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Não poderão disputar esta licitação:

4.4.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.2 autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

4.4.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.4.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.5 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6 O impedimento de que trata o item 4.4.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.7 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.1 e 4.4.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9 O disposto nos itens 4.4.1 e 4.4.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Termo de Referência e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.11 A vedação de que trata o item 4.4.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15.2 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações e especificações do Termo de Referência .

6.1.2 Proposta Juntada a documentação de habilitação conforme Termo de Referência .

6.1.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado de acordo com o criterio de julgamento da licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 0,01 (um centavo).**

7.13 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a três segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.14 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.15 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.16 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.17 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.18 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.19 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.20 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.21 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no http://https://bbmnet.com.br/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada

somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.24 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.25 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.26 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.27 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.28 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.30 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.31 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.32 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.32.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.32.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.32.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.32.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.33 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.33.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.33.2 empresas brasileiras;

7.33.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.33.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.34 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.35 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.36 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5 e 5.5 deste edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 contiver vícios insanáveis;

8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.14 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.16 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.17 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.18 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.19 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.20 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE LICITAÇÕES BBMNET, E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:

9.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.3.1 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0.

9.3.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE LICITAÇÕES BBMNET**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

9.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7 Poderá ser utilizado o SICAF na comprovação referente ao item 112, 113, 114 e 115 deste edital.

9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11 Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese de o documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.

9.12 A adoção do prazo de 30 (trinta) dias para as certidões que não possuam validade expressa nem prazo definido pelo órgão emissor visa assegurar a atualidade das informações utilizadas na habilitação, considerando que as situações por elas certificadas podem sofrer alterações. A exigência restringe-se às certidões cuja natureza demande comprovação atual, não se aplicando aos atos constitutivos, atestados de capacidade técnica e demais documentos sem prazo de vencimento.

9.12.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.2 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.12.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.12.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.12.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.12.7 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.12.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.12.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.10 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.12.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.12.12 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.13 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.2 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://bbmnet.com.br/.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9 fraudar a licitação

12.1.2.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.13 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.2.15 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.2.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.2.7, 12.1.2.8, 12.1.2.9, 12.1.2.13 e 12.1.2.14, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no **PORTAL DE LICITAÇÕES BBMNET** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A **IMPUGNAÇÃO** e/ou **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO** ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema https://bbmnet.com.br/

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: HTTPS://WWW.TCEPI.TC.BR/; HTTP://TRANSPARENCIA.CAJUEIRODAPRAIA.PI.GOV.BR; HTTPS://BBMNET.COM.BR/.

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)
ANEXO III – ATA SRP;
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO;

CAJUEIRO DA PRAIA/PI, 11 DE NOVEMBRO DE 2026.

Klailson da Costa Freitas
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia/PI

TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES GERAIS

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE:

- Secretaria de Administração
- Secretaria de Educação
- Secretaria de saúde;
- Secretaria de Assistência Social

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:

- Elkis Alves de Sousa Santos – secretário de administração– Portaria nº 12/2026
- Elivania Damasceno Hattori – secretária de educação – Portaria nº 74/2025
- Gracilene Fontenele Carvalho da Silva – secretária de assistência social – Portaria nº 73/2025
- Verônica de Carvalho Ribeiro - Secretária de saúde – Portaria nº 57/2026

RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- Matheus Galeno Barros – secretaria de administração – Portaria nº 115/2025
- Raimundo Nonato dos Santos Ribeiro – secretaria de educação – Portaria nº 113/2025
- Suelen Fernandes castro - Secretaria de saúde – Portaria nº 40/2025
- Francisco das Chagas dos Santos Monte – secretaria de assistência social – Portaria nº 118/2025.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TR (TERMO DE REFERÊNCIA):

- Elkis Alves de Sousa Santos – Portaria nº 12/2026
- Elivania Damasceno Hattori – Portaria nº 74/2025
- Gracilene Fontenele Carvalho da Silva – Portaria nº 73/2025
- Verônica de Carvalho Ribeiro - Secretária de saúde – Portaria nº 57/2026

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI.

Diante da pesquisa ora realizada, levando em conta a especificidade dos produtos a serem fornecidos e a realidade sócia econômica do município, o valor de referência será de: **R$ 1.755.561,50 (um milhão setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos),** conforme mapa de apuração abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	LC 123/06	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BOMBA SUBMERSA 650 220V 5G	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	262,66	26.266,00
2	BOMBA SUBMERSA 800 220V 5G	EXCLUSIVO	UNIDADE	80	409,27	32.741,60
3	BOMBA SUBMERSA 900 220V 5G	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	542,00	54.200,00
4	BOMBA SUBMERSA CANETA 3’ ½ CV 220 MONO	AMPLA	UNIDADE	60	2.065,56	123.933,60
5	BOMBA SUBMERSA CANETA 3’ ½ CV 220 MONO	RESERVADA	UNIDADE	20	2.065,56	41.311,20
6	CABO PP 4X6MM	EXCLUSIVO	METRO	1.000	22,90	22.900,00
7	CABO PP 2X2,5MM	EXCLUSIVO	METRO	1.500	8,21	12.315,00
8	CABO PP 3X2,5MM	EXCLUSIVO	METRO	800	12,53	10.024,00
9	CABO 4,00MM C 100 METROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	150	407,50	61.125,00

10	CABO FLEX. 1.5(14) C 100 METROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	150	123,54	18.531,00
11	CABO FLEX. 2.5(12) C 100 METROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	200	278,16	55.632,00
12	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W	EXCLUSIVO	UNIDADE	700	50,09	35.063,00
13	LÂMPADA DE LED 30W	EXCLUSIVO	UNIDADE	700	19,98	13.986,00
14	LÂMPADA DE LED 40W	EXCLUSIVO	UNIDADE	700	30,42	21.294,00
15	LÂMPADA ALOGENICA DE 500W	AMPLA	UNIDADE	525	149,72	78.603,00
16	LÂMPADA ALOGENICA DE 500W	RESERVADA	UNIDADE	175	149,72	26.201,00
17	LÂMPADA ELETRÔNICA DE 40W	EXCLUSIVO	UNIDADE	700	30,34	21.238,00
18	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO	EXCLUSIVO	UNIDADE	300	202,07	60.621,00
19	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO	EXCLUSIVO	UNIDADE	500	51,49	25.745,00
20	CANO DE 75 ESG COM 6MTS	EXCLUSIVO	UNIDADE	300	183,07	54.921,00
21	CX. DESCARGA C/BUCHA, CHICOTE E PARAFUSO	EXCLUSIVO	UNIDADE	200	42,50	8.500,00
22	CANO DE 100 ESG COM 6MTS	EXCLUSIVO	UNIDADE	200	85,14	17.028,00
23	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM	EXCLUSIVO	METRO	200	27,16	5.432,00
24	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM	EXCLUSIVO	METRO	400	29,90	11.960,00
25	TUBO PVC RÍGIDO P/ ESGOTO - 100MM	EXCLUSIVO	METRO	300	119,16	35.748,00
26	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM	EXCLUSIVO	METRO	300	58,85	17.655,00
27	TUBO PVC RÍGIDO P/ ESGOTO - 50MM	EXCLUSIVO	METRO	200	59,67	11.934,00
28	VASO SANITÁRIO BRANCO	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	244,32	24.432,00
29	CARRO DE MAO-PNEU BORRACHUDO EM CHAPA	EXCLUSIVO	UNIDADE	150	226,04	33.906,00
30	LINHA DE MADEIRA 6X14CM	EXCLUSIVO	METRO	100	44,20	4.420,00
31	LINHA DE MADEIRA 7X14CM	EXCLUSIVO	METRO	150	44,66	6.699,00
32	PORTA DE MADEIRA, DE 70 X 210 CM, E = 35 MM, NÚCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO PARA PINTURA	EXCLUSIVO	UNIDADE	80	249,76	19.980,80
33	PORTA DE MADEIRA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 100X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM	EXCLUSIVO	UNIDADE	80	628,41	50.272,80
34	PORTA DE FÓRMICA 60X210 – ANGELIM	EXCLUSIVO	UNIDADE	80	541,99	43.359,20
35	PORTA DE FÓRMICA 80X210 – ANGELIM	EXCLUSIVO	UNIDADE	80	538,50	43.080,00
36	FORRA DE MADEIRA PARA PORTA – ANEGELIM	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	159,12	15.912,00
37	JANELA DE MADEIRA, FOLHA 0,5X1,10M – ANGELIM	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	364,34	36.434,00
38	JANELA DE ALMOFADA DIM. 80X210M ANGELIM	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	521,00	52.100,00
39	AREIA GROSSA (6M³)	EXCLUSIVO	CARGA	100	219,37	21.937,00
40	AREIA LAVADA (6M³)	EXCLUSIVO	CARGA	100	139,58	13.958,00
41	AREIA AMARELA (6M³)	EXCLUSIVO	CARGA	100	150,33	15.033,00
42	BARRO PARA ATERRO (6M³)	EXCLUSIVO	CARGA	100	87,57	8.757,00
43	BRITA Nº ¾	EXCLUSIVO	METROCUBICO	100	292,50	29.250,00
44	TELHA DE AMIANTO 1,83X1,10 MT	EXCLUSIVO	UNIDADE	400	72,20	28.880,00
45	TIJOLO 08 FUROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	40.000	0,87	34.800,00
46	PEDRA PARA ALICERCE	EXCLUSIVO	UNIDADE	200	227,06	45.412,00
47	CERÂMICA ESMALTADA 40X40CM PEI- 5	EXCLUSIVO	METROQUADRADO	700	25,88	18.116,00
48	CERÂMICA CRISTAL BRANCA 34X34 TIPO A	EXCLUSIVO	METROQUADRADO	600	30,03	18.018,00

49	ARGAMASSA MOD. ACI-PACOTE 20 KG	EXCLUSIVO	UNIDADE	800	15,18	12.144,00
50	CAL HIDRATADA PACOTE COM 05KG	EXCLUSIVO	UNIDADE	800	19,08	15.264,00
51	MASSA CORRIDA – LATA C/18 LITROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	150	62,90	9.435,00
52	SELADOR P/PAREDE	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	152,13	15.213,00
53	TINTA BASE D'ÁGUA COR BRANCA – LATA C/ 18 LITROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	221,36	22.136,00
54	TINTA A BASE D'AGUA, CORES VARIADAS 18 LITROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	260,27	26.027,00
55	TINTA ESMALTE SINTÉTICO-GALÃO COR AZUL MAR 3.6 LITROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	111,56	11.156,00
56	SELADOR ACRÍLICO 18.0 LITROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	95,72	9.572,00
57	TINTA ACRÍLICA 18.0 LITROS EXTERIOR/INTERIOR CORES VARIADAS	EXCLUSIVO	UNIDADE	70	389,59	27.271,30
58	TINTA ACRÍLICA FOSCA BRANCO GELO 18.0 LITROS	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	429,32	42.932,00
59	CIMENTO (SACO COM 50KG)	EXCLUSIVO	UNIDADE	100	54,40	5.440,00
60	FECHADURA DE EMBUTIR P/BANHEIRO	EXCLUSIVO	UNIDADE	1.000	66,80	66.800,00
61	FECHADURA EXTERNA PARA PORTA	EXCLUSIVO	UNIDADE	200	68,55	13.710,00
62	FECHADURA INTERNA PARA PORTA	EXCLUSIVO	UNIDADE	200	43,98	8.796,00

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados data da assinatura, podendo ser prorrogado, forma do artigo 105, 106, 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

TIPO DE DEMANDA

☐ Serviços Tipo de Serviço: ☐ Comum ☐ Técnico profissionalizante
☒ Compras: Tipo de Compra: ☒ Consumo ☐ Permanente
☐ Serviços de Engenharia e/ou Obras

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta

TIPO DE OBJETO

Produtos comuns são aqueles que podem ser padronizados e comparados entre si, permitindo a escolha com base no preço. Portanto o objeto do presente documento se enquadra como produto comum, posto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, com especificações usuais de mercado, permitindo a escolha do fornecedor com base no menor preço ou maior desconto. A definição de "comum" não está necessariamente ligada à simplicidade, mas à padronização e disponibilidade do produto no mercado.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde e Assistência Social do Município de Cajueiro da Praia – PI, mediante a aquisição de materiais de construção destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, conservação, recuperação, reparos e pequenas intervenções nas edificações, instalações e demais espaços públicos municipais, visando garantir condições adequadas de funcionamento, segurança, higiene, acessibilidade e preservação do patrimônio público, bem como assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais prestados à população.

A necessidade da contratação fundamenta-se na importância de manter a infraestrutura física dos prédios públicos municipais em condições satisfatórias de utilização, considerando que as instalações administrativas, unidades escolares, creches, unidades básicas de saúde, equipamentos socioassistenciais e demais espaços vinculados à Administração Pública estão sujeitos ao desgaste natural decorrente do tempo, da utilização contínua, das condições climáticas e de outros fatores que podem comprometer sua estrutura, funcionalidade e segurança. Dessa forma, torna-se indispensável a disponibilidade de materiais adequados para a realização de intervenções periódicas e eventuais, destinadas à prevenção e à correção de problemas que possam prejudicar o desenvolvimento das atividades institucionais e o atendimento à coletividade.

Diante do exposto, evidencia-se que a aquisição de materiais de construção constitui medida necessária e de relevante interesse público, tendo em vista sua importância para a manutenção, conservação e melhoria da infraestrutura física dos órgãos e equipamentos municipais. A contratação busca assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde e Assistência Social, proporcionando condições adequadas de funcionamento das instalações públicas, maior segurança e conforto aos usuários, preservação dos bens municipais e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população de Cajueiro da Praia – PI.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, de alvenaria, pintura e demais itens previstos na planilha, mediante fornecimento conforme requisições, com recebimento e conferência por servidor designado, observadas as necessidades das quatro Secretarias.

DA GARANTIA

Haverá exigência de garantia da proposta conforme Lei Nº 14.133/21.

EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento licitado/contratado deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de fornecimento emitida pela administração, nos locais determinados pela Secretaria demandante.

Para o fornecimento objeto deste certame, deverá ser emitida nota fiscal em nome do Município de Cajueiro da Praia/PI.

As informações necessárias para emissão nota fiscal deverá ser requerida junto a contratante.

No caso de constatação da inadequação do fornecimento com às normas e exigências especificadas no edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestada pelo Município de Cajueiro da Praia/PI.

O fornecimento licitado/contratado deverá seguir rigorosamente as condições contidas no termo de referência, no edital e no contrato e as disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda as normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

A execução dos fornecimentos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos órgãos solicitantes.

A contratada deverá disponibilizar ao contratante mecanismo de supervisão e controle eletrônico dos responsáveis pela execução dos fornecimentos, sem prejuízo dos instrumentos de controle da própria contratante.
A contratada deverá disponibilizar meios de comunicação em tempo real com a contratante, devendo ainda manter preposto no município.
O valor estimado para os fornecimento compreende todos os custos inerentes a remuneração total pelo serviço inclusive auxílios, vantagens, adicionais e encargos decorrentes.
O licitante deverá ofertar o preço unitário do objeto assim como o preço total levando emconsideração o quantitativo total do objeto estimado para o período de **12 (doze) meses.**

GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início do fornecimento dos produtos, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

MODELOS GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

Os materiais de construção serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de cada entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, acompanhados da nota fiscal ou do documento de cobrança equivalente. O recebimento provisório destina-se à posterior verificação da conformidade dos materiais com a ordem de fornecimento, as especificações deste Termo de Referência e a proposta da contratada.

Na conferência, serão verificadas as quantidades, as unidades de medida e, conforme o item, as dimensões, as características técnicas, o estado de conservação, a integridade das embalagens e o prazo de validade.

Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou da proposta. A contratada deverá recolher e substituir os materiais rejeitados ou complementar as quantidades faltantes no prazo de **5 (cinco) dias**, contado do recebimento da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da nota fiscal ou do documento de cobrança equivalente pela Administração, desde que realizada a entrega. O recebimento será formalizado por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que registre a conferência e a aceitação dos materiais.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, excepcionalmente e mediante justificativa, por igual período, quando forem necessárias diligências para verificar o cumprimento das exigências contratuais.

O período necessário à correção de divergências no fornecimento ou ao saneamento da nota fiscal ou do documento de cobrança equivalente, quando de responsabilidade da contratada, ficará excluído da contagem do prazo de recebimento definitivo dos itens afetados.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, este registrará as ocorrências verificadas na entrega, os itens e as quantidades aceitos e as pendências identificadas, encaminhando o registro e os documentos pertinentes ao responsável pelo recebimento definitivo.

O valor devido por entrega corresponderá à soma dos valores dos itens aceitos, apurados pela multiplicação das quantidades recebidas definitivamente pelos respectivos preços unitários contratados. A fiscalização comunicará à contratada o valor apurado para emissão ou, se necessário, correção da nota fiscal ou fatura e encaminhará a documentação ao setor competente para liquidação e pagamento.

Havendo controvérsia quanto às dimensões, à qualidade ou às quantidades dos materiais fornecidos, a contratada será comunicada para emitir a nota fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

O recebimento provisório ou definitivo não afasta a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos ou desconformidades dos materiais fornecidos, observadas as garantias legais e contratuais aplicáveis.

Da liquidação

Recebida a nota fiscal ou o documento de cobrança equivalente, a liquidação da despesa será realizada no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável por igual período, mediante conferência da documentação e ateste do fornecimento. Esse prazo será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação por igual período, nas contratações cujo valor não ultrapasse o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou o documento equivalente contém, conforme aplicável:

- A data de emissão e o prazo de validade do documento, quando houver.
- A identificação da contratada, do órgão contratante, do contrato ou instrumento equivalente e da ordem de fornecimento.
- A identificação da entrega, com a descrição dos materiais, as unidades de medida e as quantidades aceitas.
- Os preços unitários, o valor total devido e o destaque das retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro no documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação, o procedimento ficará sobrestado até que a contratada providencie o saneamento. O prazo será reiniciado após a comprovação da regularização, sem ônus para o Município.

A regularidade fiscal da contratada será verificada por consulta aos sistemas ou sítios eletrônicos oficiais ou, quando necessário, mediante apresentação da documentação pertinente, observados os requisitos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Constatada irregularidade, a contratada será notificada por escrito para regularizar a situação ou apresentar defesa em **5 (cinco) dias úteis**. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

Se a situação persistir após o prazo concedido ou se a defesa for rejeitada, a Administração comunicará a irregularidade e a existência de pagamento pendente aos órgãos competentes e adotará, no processo administrativo, as medidas cabíveis para a eventual extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Os pagamentos referentes aos materiais efetivamente fornecidos e aceitos seguirão o procedimento regular até que seja proferida decisão sobre a extinção do contrato.

Do prazo de pagamento

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias úteis**, contados da conclusão da liquidação da despesa.

Em caso de atraso imputável ao Município, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, a partir do término do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Da forma de pagamento

O pagamento será realizado mediante ordem bancária para crédito em conta de titularidade da contratada, conforme os dados bancários indicados na proposta ajustada. Será considerada data do pagamento aquela em que a ordem bancária for emitida.

No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias cabíveis, de acordo com os percentuais e as condições previstos na legislação aplicável.

A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar, mediante documento oficial, seu enquadramento no regime para fins de dispensa das retenções relativas aos tributos por ele abrangidos, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1 Cópia de documento com foto de todos os sócios ou do empresário individual se for o caso.

1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

1.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

1.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações e consolidação respectiva se for o caso;

1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, da empresa e do(s) responsável(eis) (diretor, sócio ou superintendente.).

1.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (da empresa e do(s) responsável(eis) (diretor, sócio ou superintendente.), ceat e certidão conforme o artigo 5º da portaria 1421/2014 do Ministério do Trabalho e Emprego da empresa ou firma licitante (da empresa e do(s) responsável(eis) (diretor, sócio ou superintendente.);

1.2.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

1.2.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

1.2.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

1.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

1.3.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

1.3.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

1.3.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, devidamente registrados e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.3.4 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

1.3.5 Para a pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, a documentação contábil prevista no subitem .3.3 ficará limitada ao último exercício social, conforme o art. 69, § 6º, da Lei nº 14.133/2021;

1.3.6 A empresa constituída no exercício financeiro da licitação poderá apresentar o balanço de abertura em substituição às demonstrações contábeis previstas no subitem X.1, devendo cumprir as demais exigências de habilitação estabelecidas neste Edital, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

1.3.7 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

1.3.8 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

1.3.9 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

1.3.10 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

1.3.11 As licitantes deverão complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira mediante a demonstração de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item para o qual forem convocadas à habilitação. Quando a mesma licitante for convocada à habilitação para mais de um item, o percentual incidirá sobre a soma dos valores estimados dos respectivos itens, nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

1.3.12 As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste PREGÃO.

1.3.13 Certidão Simplificada e especifica expedida pela Junta Comercial de Origem da Licitante.

1.3.14 O balanço patrimonial deve ser acompanhado do Certificado de Regularidade Profissional do contador responsável pela sua elaboração.

1.3.15 DA GARANTIA DA PROPOSTA: Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

1.3.16 A garantia de proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

1.3.17 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

1.3.18 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

1.3.19 A garantia de proposta poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

1.3.20 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

1.3.21 seguro-garantia;

1.3.22 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

1.3.23 títulos de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

1.3.24 O licitante deverá realizar previamente upload do documento comprovador do atendimento da exigência deste item, junto com sua proposta de preços, e será analisado antes da conclusão do julgamento da proposta.

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

1.4.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu ou assinado eletronicamente.

1.4.2 Os Atestados deverão ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas.

1.4.3 Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

1.4.4 O atestado que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão aceitos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

1.4.5 declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

1.4.6 Declaração de que não foi declarada inidônea em nenhum órgão público Federal, Estadual ou Municipal e não está impedida ou suspensa de licitar com o Município;

1.4.7 Declaração de atendimento as exigências do inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal;

1.4.8 Declaração de Inexistência de servidor público no quadro societário da empresa;

1.4.9 Declaração de cumprimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência;

1.4.10 Declaração de não condenação judicial, de acordo com o estabelecido no inciso VI do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

1.4.11 Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas;

1.4.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

1.4.13 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de proposta.

1.4.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

1.4.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

1.4.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

1.4.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

1.4.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

1.4.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, assim como a oferta mais vantajosa, o licitante será declarado vencedor.

1.4.20 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

1.4.21 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

1.4.22 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

1.4.23 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

PROPOSTA DE PREÇO

A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do objeto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda, quando for o caso:

- Nome comercial / marca;
- Prazo de validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos;

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

A indicação de Dotação Orçamentária, somente será exigida para formalização do Contrato ou outro instrumento hábil.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Cumprir as obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, em seus anexos e na proposta aceita, assumindo os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de materiais de construção ao Município de Cajueiro da Praia – PI.
2. Entregar os materiais nos locais, prazos e quantidades indicados nas respectivas ordens de fornecimento, observando as unidades de medida, as especificações técnicas e as condições de entrega estabelecidas neste Termo de Referência.
3. Fornecer materiais novos, em condições adequadas de uso, acondicionados de modo a preservar sua integridade durante o transporte e com prazo de validade vigente, quando aplicável.
4. Responsabilizar-se pelo transporte, pelo frete, pelo seguro, pela carga e pela descarga dos materiais, bem como pelos tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, garantias exigidas e demais despesas relacionadas ao fornecimento. O pessoal empregado nessas atividades permanecerá sob responsabilidade da contratada, sem vínculo empregatício com a contratante.
5. Apresentar, a cada entrega, a nota fiscal ou o documento equivalente, com a identificação da ordem de fornecimento e a discriminação dos itens, das unidades de medida, das quantidades e dos valores correspondentes.
6. Recolher e substituir, às suas expensas, os materiais avariados, defeituosos, vencidos ou em desacordo com as especificações, bem como complementar as quantidades faltantes, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da notificação, conforme as condições de recebimento estabelecidas neste Termo de Referência.
7. Comunicar prontamente à contratante qualquer ocorrência que possa comprometer o prazo ou as condições de entrega, informando o motivo e as providências adotadas.
8. Atender prontamente às solicitações da Administração relacionadas ao fornecimento, prestar os esclarecimentos solicitados e adotar as providências cabíveis em relação às reclamações registradas pela fiscalização.

9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, comunicando à contratante qualquer alteração nessas condições.
10. Indicar preposto para representá-la perante a contratante e manter atualizados seus dados de contato durante a execução do contrato.
11. Responder pelos danos causados à contratante ou a terceiros em razão do fornecimento, inclusive durante o transporte e a descarga dos materiais, quando decorrentes de atos ou omissões da contratada, de seus empregados ou prepostos.
12. Resguardar o sigilo das informações e dos documentos de caráter confidencial a que tiver acesso em razão do contrato, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento das obrigações contratuais.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários ao fornecimento dos materiais de construção destinados ao Município de Cajueiro da Praia – PI.
2. Cumprir e fazer cumprir os prazos e as condições estabelecidos neste Termo de Referência e emitir as ordens de fornecimento, indicando os materiais, as unidades de medida, os quantitativos, os prazos e os locais de entrega.
3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de servidor ou equipe formalmente designada, registrando as ocorrências verificadas durante o fornecimento.
4. Receber provisória e definitivamente os materiais, conforme os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência. Conferir as quantidades, as unidades de medida, o estado de conservação e a conformidade dos materiais com as especificações exigidas. Atestar o fornecimento dos itens aceitos para fins de liquidação da despesa.
5. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais em desacordo com as especificações e notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades constatadas, indicando os itens afetados e o prazo para substituição dos materiais ou complementação das quantidades faltantes, conforme previsto neste Termo de Referência.
6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais efetivamente entregues e aceitos, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência.
7. Aplicar, quando cabíveis, as penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas no contrato de fornecimento, observados o contraditório e a ampla defesa.
8. Caberá à CONTRATADA responder pelos compromissos que assumir com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento, bem como pelos danos causados a terceiros por atos de seus empregados, prepostos ou demais pessoas que atuem em seu nome na execução do contrato.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

REAJUSTE

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência da previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pelo Secretário que abaixo assinam.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

O presente estudo foi meticulosamente concebido como um instrumento orientador para a Secretaria demandante, visando aferir e executar um processo de seleção minucioso e estratégico para identificar prestadores de fornecimento que não apenas atendam aos rigorosos padrões qualitativos exigidos pelos órgãos municipais, mas que também demonstrem capacidade de suprir de forma ininterrupta e ágil às necessidades das atividades rotineiras de todas as repartições públicas.

A utilização do Sistema de Registro de Preços surge aqui como um mecanismo-chave para o alcance deste fito, porquanto proporciona uma metodologia que harmoniza o escopo de gastos com a obtenção de benefícios tangíveis em termos de escalas de economia, melhoria contínua dos patamares de eficácia operacional e consolidação da integridade procedimental.

Com efeito, anseia-se aferir propostas que refletem um balanceamento ótimo entre custo e qualidade, eliminando assim possíveis variações desfavoráveis de mercado e assegurando a perpetuidade do fornecimento dentro dos marcos regulatórios e financeiros estipulados.

Tal abordagem situa-se em perfeita congruência com os pilares da governança pública contemporânea, que colocam em destaque a necessidade imperiosa de transparência nas contratações, de eficiência na gestão dos recursos públicos e de austeridade nas despesas municipais, para que se efetive um emprego responsável e consciente do erário.

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE:

- Secretaria de Administração
- Secretaria de Educação
- Secretaria de saúde;
- Secretaria de Assistência Social

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:

- Elkis Alves de Sousa Santos – secretário de administração– Portaria nº 12/2026
- Elivania Damasceno Hattori – secretária de educação – Portaria nº 74/2025
- Gracilene Fontenele Carvalho da Silva – secretária de assistência social – Portaria nº 73/2025
- Verônica de Carvalho Ribeiro - Secretária de saúde – Portaria nº 57/2026

RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- Matheus Galeno Barros – secretaria de administração – Portaria nº 115/2025

- Raimundo Nonato dos Santos Ribeiro – secretaria de educação – Portaria nº 113/2025
- Suelen Fernandes castro - Secretaria de saúde – Portaria nº 40/2025
- Francisco das Chagas dos Santos Monte – secretaria de assistência social – Portaria nº 118/2025.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR):

- Elkis Alves de Sousa Santos – Portaria nº 12/2026
- Elivania Damasceno Hattori – Portaria nº 74/2025
- Gracilene Fontenele Carvalho da Silva – Portaria nº 73/2025
- Verônica de Carvalho Ribeiro - Secretária de saúde – Portaria nº 57/2026
-

DESCRIÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI.

TIPO DE DEMANDA

☐ Fornecimento Tipo de Fornecimento: ☐ Comum ☐ Técnico profissionalizante
☒ Compras: Tipo de Compra: ☒ Consumo ☐ Permanente
☐ Fornecimento de Engenharia e/ou Obras

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta

INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA

Não se aplica na contratação do presente objeto

TIPO DE OBJETO

Produtos comuns são aqueles que podem ser padronizados e comparados entre si, permitindo a escolha com base no preço.
Portanto o objeto do presente documento se enquadra como produto comum, posto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, com especificações usuais de mercado, permitindo a escolha do fornecedor com base no menor preço ou maior desconto. A definição de "comum" não está necessariamente ligada à simplicidade, mas à padronização e disponibilidade do produto no mercado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 6º, XX – estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;
Art. 18. I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
I – descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
II – demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
III – requisitos da contratação;
IV – estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
VI – estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
VII – descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
VIII – justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
IX – demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
X – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XI – contratações correlatas e/ou interdependentes;
XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde e Assistência Social do Município de Cajueiro da Praia – PI, mediante a aquisição de materiais de construção destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, conservação, recuperação, reparos e pequenas intervenções nas edificações, instalações e demais espaços públicos municipais, visando garantir condições adequadas de funcionamento, segurança, higiene, acessibilidade e preservação do patrimônio público, bem como assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais prestados à população.
A necessidade da contratação fundamenta-se na importância de manter a infraestrutura física dos prédios públicos municipais em condições satisfatórias de utilização, considerando que as instalações administrativas, unidades escolares, creches, unidades básicas de saúde, equipamentos socioassistenciais e

demais espaços vinculados à Administração Pública estão sujeitos ao desgaste natural decorrente do tempo, da utilização contínua, das condições climáticas e de outros fatores que podem comprometer sua estrutura, funcionalidade e segurança. Dessa forma, torna-se indispensável a disponibilidade de materiais adequados para a realização de intervenções periódicas e eventuais, destinadas à prevenção e à correção de problemas que possam prejudicar o desenvolvimento das atividades institucionais e o atendimento à coletividade.
Diante do exposto, evidencia-se que a aquisição de materiais de construção constitui medida necessária e de relevante interesse público, tendo em vista sua importância para a manutenção, conservação e melhoria da infraestrutura física dos órgãos e equipamentos municipais. A contratação busca assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde e Assistência Social, proporcionando condições adequadas de funcionamento das instalações públicas, maior segurança e conforto aos usuários, preservação dos bens municipais e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população de Cajueiro da Praia – PI.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho;
A empresa contratada para o fornecimento de material de construção deverá se responsabilizar pelas seguintes obrigações:
- Capacidade de fornecer materiais de construção conforme descrição.
- Compromisso com o atendimento ao cliente excepcional, incluindo comunicação clara, suporte atencioso e pronta resolução de quaisquer problemas ou preocupações.
- Promover todas as ações para a boa execução e eficiência do objeto contratado, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais de segurança;
- Fornecer sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos necessários;
- Os itens deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias úteis após solicitação, seguido da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria requisitante indicando local de entrega, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.
- A secretaria requisitante ficará responsável pelo recebimento do objeto de acordo com cada Solicitação de Fornecimento, preenchendo os devidos formulários para posterior liquidação e pagamento.

JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

O quantitativo foi aferido com base na atual necessidade do município, assim como também foi observado procedimentos licitatórios de anos anteriores.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Consideram-se a compra pontual por demanda, a contratação com fornecimento parcelado e o Sistema de Registro de Preços, quando cabível. Diante da diversidade de itens e da necessidade variável de manutenção, o fornecimento parcelado por itens, potencialmente mediante registro de preços, mostra-se alternativa preliminarmente adequada.

QUANTIDADE A SER CONTRATADA/ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

A estimativa dos custos da contratação do objeto pretendido só será possível auferir mediante ampla pesquisa de mercado que será realizada pelo setor responsável, de acordo com o decreto que regulamentou a NLLC e de acordo com os requisitos legais impostos para a pesquisa de mercado.

No entanto, em uma simples consulta no site www.bancodeprecos.com.br, mantida pela empresa NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA de preços já adjudicados e homologados por entes públicos, constatamos que o valor estimado da contratação com base nos quantitativos exigidos não excederá o valor de **R$ 1.592.148,70 (um milhão, quinhentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e oito reais e setenta centavos)** para 12 (doze) meses, o que não necessariamente se refletirá em efetiva despesa, pois trata-se apenas de valor estimado do edital para Registro de preços.

Portanto, respeitada a segregação de funções, a estimava de custos real será auferida posteriormente pelo setor responsável pela pesquisa de mercado.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	ÓRGÃO / IDENTIFICAÇÃO / PREÇO 1	ÓRGÃO / IDENTIFICAÇÃO / PREÇO 2	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	BOMBA SUBMERSA 650 220V 5G	UN.	100	08.742.264/0001-22 - MUNICIPIO DE QUEIMADAS / 2823 - MUNICÍPIO DEQUEIMADAS-PB Identificação: 08742264000122-1-000032/2026 Preço: R$ 213,98	94.707.494/0001-92 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE LUCENA / 23 - MUNICIPIO DEPRESIDENTE LUCENA Identificação: 94707494000192-1-000276/2026 Preço: R$ 365,00	R$ 578,98	R$ 28.949,00
2	BOMBA SUBMERSA 800 220V 5G	UN.	80	Órgão: MUNICIPIO DE PEDRA / 3747 - prefeitura municipal da pedra Identificação: 10106227000170-1-000042/2026 Preço: R$ 545,00	Órgão: MUNICIPIO DE VENTUROSA / 2297 - Prefeitura Municipal de Venturosa Identificação: 10106268000166-1-000041/2026 Preço: R$ 350,00	R$ 895,00	R$ 35.800,00
3	BOMBA SUBMERSA 900 220V 5G	UN.	100	Órgão: 13.104.112/0001-34 - MUNICÍPIO DE MOITA BONITA/SE Identificação: 196299 Preço: R$ 496,00	Órgão: 10.106.268/0001-66 - Prefeitura Municipal de Venturosa Identificação: 502436 Preço: R$ 500,00	R$ 996,00	R$ 49.800,00
4	BOMBA SUBMERSA CANETA 3' ½ CV 220 MONO	UN.	80	Órgão: 18.158.642/0001-89 - MUNICIPIO DE IRAI DE MINAS / 345 - MUNICÍPIO DE IRAÍ DE Identificação: 18158642000189- Preço: R$ 1.859,06	Órgão: 06.997.571/0001-29 - MUNICIPIO DE ALTO PARNAIBA / 1 - Prefeitura Municipal de Identificação: 06997571000129- Preço: R$ 2.596,67	R$ 4.455,73	R$ 178.229,20

5	CABO PP 4X6MM	M	1000	Órgão: MUNICIPIO DE PORTO DO MANGUE / 02 - Prefeitura Municipal de Porto do Mangue Identificação: 01612371000197-1-000005/2026 Preço: R$ 15,85	Órgão: 06.997.571/0001-29 - MUNICIPIO DE ALTO PARNAIBA / 1 - Prefeitura Municipal de Alto Identificação: 06997571000129- Preço: R$ 22,70	R$ 38,55	R$ 19.275,00
6	CABO PP 2X2,5MM	M	1500	Órgão: 10.687.065/0001-00 - Fundo Municipal de Saúde de Tabira Identificação: 472888 Preço: R$ 8,81	Órgão: 02.824.158/0001-01 - Prefeitura Municipal de Arraial Identificação: 458735 Preço: R$ 8,99	R$ 17,80	R$ 13.350,00
7	CABO PP 3X2,5MM	M	800	Órgão: 06.209.936/0001-03 - MUNICIPIO DE PALMEIRANDIA / 1407 - MUNICÍPIO DE Identificação: 06209936000103- Preço: R$ 14,90	Órgão: MUNICIPIO DE SIMOES / 897 - Simões Identificação: 06553853000137-1-000060/2025 Preço: R$ 11,59	R$ 26,49	R$ 10.596,00
8	CABO 4,00MM C 100 METROS	UN.	150	Órgão: 11.382.690/0001-07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 11382690000107 - FUNDO Identificação: 11382690000107- Preço: R$ 370,00	Órgão: 13.134.614/0001-08 - MUNICÍPIO DE CAMPO DO BRITO/SE Identificação: 185460 Preço: R$ 385,00	R$ 755,00	R$ 56.625,00
9	CABO FLEX. 1.5(14) C 100 METROS	UN.	150	Órgão: 83.102.301/0001-53 - MUNICIPIO DE ILHOTA / 2093 - Unidade Única Identificação: 83102301000153-1-000074/2026 Preço: R$ 131,00	Órgão: 05.537.196/0001-71 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO / 35011 - Serviço Identificação: 05537196000171- Preço: R$ 100,87	R$ 231,87	R$ 17.390,25
10	CABO FLEX. 2.5(12) C 100 METROS	UN.	200	Órgão: 14.043.574/0001-51 - MUNICIPIO DE FEIRA DE SANTANA / 11 - SECRETARIA Identificação: 14043574000151- Preço: R$ 300,00	Órgão: 08.111.338/0001-22 - MUNICIPIO DE JARDIM DE ANGICOS / 08111338000122 - Identificação: 08111338000122- Preço: R$ 339,60	R$ 639,60	R$ 63.960,00
11	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W	UN.	700	Órgão: 13.101.308/0001-75 - MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA / 767 - MUNICÍPIO Identificação: 13101308000175- Preço: R$ 53,00	Órgão: MUNICIPIO DE MASSAPE DO PIAUI / 2001 - Massapê do Piaui Identificação: 01612591000110-1-000063/2025 Preço: R$ 64,78	R$ 117,78	R$ 41.223,00

12	LÂMPADA DE LED 30W	UN.	700	Órgão: MUNICIPIO DE CABECEIRAS DO PIAUI / 22244 - Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Identificação: 41522277000161- Preço: R$ 31,64	Órgão: 08.891.830/0001-68 - MUNICIPIO DE SERRA GRANDE / 1 - Prefeitura Municipal de Serra Identificação: 08891830000168- Preço: R$ 12,80	R$ 44,44	R$ 15.554,00
13	LÂMPADA DE LED 40W	UN.	700	Órgão: MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU / 8526 - Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu Identificação: 06553630000170-1-000027/2026 Preço: R$ 45,00	Órgão: MUNICIPIO DE BERTOLINIA Identificação: 012-2026- Preço: R$ 23,13	R$ 68,13	R$ 23.845,50
14	LÂMPADA ALOGENICA DE 500W	UN.	700	Órgão: MUNICIPIO DE VENTUROSA / 2297 - Prefeitura Municipal de Venturosa Identificação: 10106268000166-1-000041/2026 Preço: R$ 120,81	Órgão: 15.126.437/0003-05 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - Identificação: 15126437000305- Preço: R$ 98,00	R$ 218,81	R$ 76.583,50
15	LÂMPADA ELETRÔNICA DE 40W	UN.	700	Órgão: MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU / 8526 - Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu Identificação: 06553630000170-1-000027/2026 Preço: R$ 45,00	Órgão: 06.554.042/0001-50 - MUNICIPIO DE CANTO DO BURITI / 28302 - Prefeitura Municipal Identificação: 06554042000150- Preço: R$ 22,90	R$ 67,90	R$ 23.765,00
16	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO	UN.	300	Órgão: 13.761.697/0001-65 - MUNICIPIO DE ITAMARAJU / 2857 - MUNICIPIO DE Identificação: 13761697000165- Preço: R$ 283,75	Órgão: 09.154.486/0001-97 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANHOTINHO / 1 - FUNDO Identificação: 09154486000197- Preço: R$ 208,63	R$ 492,38	R$ 73.857,00
17	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO	UN.	500	Órgão: 13.806.237/0001-06 - MUNICIPIO DE POJUCA / 000000001 - MUNICIPIO DE POJUCA Identificação: 13806237000106-1-000108/2026 Preço: R$ 38,05	Órgão: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BELMONTE / 2415 - SEDUC - Secretaria de Educação e Identificação: 10280055000156- Preço: R$ 67,29	R$ 105,34	R$ 26.335,00
18	CANO DE 75 ESG COM 6MTS	UN.	300	Órgão: 23.500.002/0001-45 - MUNICIPIO DE DOM INOCENCIO / 2277 - Prefeitura Municipal de Identificação: 23500002000145- Preço: R$ 112,98	Órgão: 06.553.994/0001-50 - MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO PIAUI / 274 - Unidade Única Identificação: 06553994000150-1-000016/2026 Preço: R$ 269,90	R$ 382,88	R$ 57.432,00

19	CX. DESCARGA C/BUCHA, CHICOTE E PARAFUSO	UN.	200	Órgão: 01.067.206/0001-00 - MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS DE GOIAS / 2 - PREFEITURA Identificação: 01067206000100- Preço: R$ 40,00	Órgão: 01.613.093/0001-92 - MUNICIPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS/TO Identificação: 183120 Preço: R$ 55,00	R$ 95,00	R$ 9.500,00
20	CANO DE 100 ESG COM 6MTS	UN.	200	Órgão: 01.612.641/0001-60 - MUNICIPIO DE MATINHAS / 2991 - MUNICIPIO DE Identificação: 01612641000160- Preço: R$ 50,00	Órgão: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BONFIM / 2588 - Prefeitura Municipal de São José do Identificação: 08882862000105- Preço: R$ 90,00	R$ 140,00	R$ 14.000,00
21	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM	METRO	200	Órgão: 08.096.604/0001-95 - MUNICIPIO DE JARDIM DE PIRANHAS / 0560-3 - Prefeitura Identificação: 08096604000195- Preço: R$ 38,50	Órgão: 08.349.045/0001-88 - MUNICIPIO DE LUCRECIA / 2020 - Lucrécia Identificação: 08349045000188-1-000003/2026 Preço: R$ 21,98	R$ 60,48	R$ 6.048,00
22	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM	METRO	400	Órgão: 08.096.604/0001-95 - MUNICIPIO DE JARDIM DE PIRANHAS / 0560-3 - Prefeitura Identificação: 08096604000195- Preço: R$ 43,40	Órgão: 08.349.045/0001-88 - MUNICIPIO DE LUCRECIA / 2020 - Lucrécia Identificação: 08349045000188-1-000003/2026 Preço: R$ 24,98	R$ 68,38	R$ 13.676,00
23	TUBO PVC RÍGIDO P/ ESGOTO - 100MM	METRO	300	Órgão: MUNICIPIO DE IRAMAIA / 1681 - Prefeitura Municipal de Iramaia Identificação: 13894902000160-1-000051/2025 Preço: R$ 103,20	Órgão: 41.522.277/0001-61 - Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí Identificação: 010_2026_pmcp_pi_Cabeceiras Preço: R$ 130,00	R$ 233,20	R$ 34.980,00
24	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM	METRO	300	Órgão: 08.085.417/0001-06 - MUNICIPIO DE SAO RAFAEL / 08085417000106 - MUNICIPIO DE Identificação: 08085417000106- Preço: R$ 67,30	Órgão: 08.891.830/0001-68 - MUNICIPIO DE SERRA GRANDE / 1 - Prefeitura Municipal de Serra Identificação: 08891830000168- Preço: R$ 65,00	R$ 132,30	R$ 19.845,00
25	TUBO PVC RÍGIDO P/ ESGOTO - 50MM	METRO	200	Órgão: 08.349.045/0001-88 - MUNICIPIO DE LUCRECIA / 2020 - Lucrécia Identificação: 08349045000188-1-000003/2026 Preço: R$ 70,42	Órgão: 41.522.277/0001-61 - Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí Identificação: 010_2026_pmcp_pi_Cabeceiras Preço: R$ 49,00	R$ 119,42	R$ 11.942,00

26	VASO SANITÁRIO BRANCO	UN.	100	Órgão: 14.197.768/0001-01 - MUNICIPIO DE BREJOES / 3050 - MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA Identificação: 14197768000101-1-000016/2026 Preço: R$ 203,04	Órgão: MUNICIPIO DE BERTOLINIA Identificação: 012-2026- Preço: R$ 243,33	R$ 446,37	R$ 22.318,50
27	CARRO DE MAO-PNEU BORRACHUDO EM CHAPA	UN.	150	Órgão: 06.137.293/0001-30 - MUNICIPIO DE DOM PEDRO / 1726 - Secretaria Municipal de Identificação: 06137293000130- Preço: R$ 193,16	Órgão: ESTADO DO CEARA / 228554 - LICEU DE ACOPIARA DEPUTADO FRANCISCO Identificação: 07954480000179- Preço: R$ 264,00	R$ 457,16	R$ 34.287,00
28	LINHA DE MADEIRA 6X14CM	METRO	100	Órgão: 08.999.674/0001-53 - MUNICIPIO DE SOUSA / PMS - Prefeitura Municipal de Sousa Identificação: 08999674000153-1-000102/2026 Preço: R$ 42,00	Órgão: 06.124.739/0001-91 - Prefeitura Municipal de Presidente Vargas Identificação: 100377- Preço: R$ 47,04	R$ 89,04	R$ 4.452,00
29	LINHA DE MADEIRA 7X14CM	METRO	150	Órgão: MUNICIPIO DE VERA MENDES / 5026 - Prefeitura Municipal de Vera Mendes Identificação: 01612615000131-1-000042/2026 Preço: R$ 34,21	Órgão: 07.625.932/0001-79 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE LIMOEIRO DO Identificação: 07625932000179- Preço: R$ 42,68	R$ 76,89	R$ 5.766,75
30	PORTA DE MADEIRA, DE 70 X 210 CM, E = 35 MM, NÚCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO PARA PINTURA	UN.	80	Órgão: MUNICIPIO DE CONQUISTA / 20500 - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Identificação: 18428888000123-1-000091/2026 Preço: R$ 236,25	Órgão: 76.208.487/0001-64 - MUNICIPIO DE PALOTINA / 76208487000164 - Unidade Identificação: 76208487000164- Preço: R$ 260,31	R$ 496,56	R$ 19.862,40
31	PORTA DE MADEIRA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 100X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM	UN.	80	Órgão: 46.523.122/0001-63 - MUNICIPIO DE TABOAO DA SERRA / 63 - Prefeitura Municipal de Identificação: 46523122000163- Preço: R$ 520,23	Órgão: 02.506.012/0001-18 - Prefeitura Municipal de Goianápolis Identificação: 103575- Preço: R$ 879,00	R$ 1.399,23	R$ 55.969,20
32	PORTA DE FÓRMICA 60X210 – ANGELIM	UN.	80	Órgão: 16.971.376/0001-83 - MUNICIPIO DE ATALEIA / 864 - Unidade Única Identificação: 16971376000183-1-000014/2026 Preço: R$ 645,00	Órgão: 10.687.065/0001-00 - Fundo Municipal de Saúde de Tabira Identificação: 472888 Preço: R$ 451,74	R$ 1.096,74	R$ 43.869,60

33	PORTA DE FÓRMICA 80X210 – ANGELIM	UN.	80	Órgão: MUNICIPIO DE PEDRA / 3747 - prefeitura municipal da pedra Identificação: 10106227000170-1-000042/2026 Preço: R$ 553,00	Órgão: MUNICIPIO DE GENTIO DO OURO / 0001 - ESTADO DA BAHIA Identificação: 13879390000163-1-000029/2026 Preço: R$ 545,20	R$ 1.098,20	R$ 43.928,00
34	FORRA DE MADEIRA PARA PORTA – ANEGELIM	UN.	100	Órgão: MUNICIPIO DE PEDRA / 3747 - prefeitura municipal da pedra Identificação: 10106227000170-1-000042/2026 Preço: R$ 145,00	Órgão: 08.891.830/0001-68 - MUNICIPIO DE SERRA GRANDE / 1 - Prefeitura Municipal de Serra Identificação: 08891830000168- Preço: R$ 128,35	R$ 273,35	R$ 13.667,50
35	JANELA DE MADEIRA, FOLHA 0,5X1,10M – ANGELIM	UN.	100	Órgão: MUNICIPIO DE IRAMAIA / 1681 - Prefeitura Municipal de Iramaia Identificação: 13894902000160-1-000051/2025 Preço: R$ 234,53	Órgão: 08.085.417/0001-06 - MUNICIPIO DE SAO RAFAEL / 08085417000106 - MUNICIPIO DE Identificação: 08085417000106- Preço: R$ 380,00	R$ 614,53	R$ 30.726,50
36	JANELA DE ALMOFADA DIM. 80X210M ANGELIM	UN.	100	Órgão: 18.307.512/0001-60 - MUNICIPIO DE VIRGINOPOLIS / 19 - Unidade Única Identificação: 18307512000160-1-000058/2026 Preço: R$ 505,00	Órgão: MUNICIPIO DE RUBIM / 219 - Unidade Única Identificação: 18349944000134-1-000097/2026 Preço: R$ 720,00	R$ 1.225,00	R$ 61.250,00
37	AREIA GROSSA (6M³)	CARGA	100	Órgão: 06.229.975/0001-72 - MUNICIPIO DE BOM JARDIM / 1 - Prefeitura Municipal de Bom Identificação: 06229975000172- Preço: R$ 144,30	Órgão: MUNICIPIO DE CAPITÃO DE CAMPOS/PI Identificação: 184866 Preço: R$ 229,71	R$ 374,01	R$ 18.700,50
38	AREIA LAVADA (6M³)	CARGA	100	Órgão: 10.408.839/0001-17 - MUNICIPIO DE PAULISTA / 1 - Prefeitura Municipal de Paulista Identificação: 10408839000117-1-000005/2026 Preço: R$ 123,30	Órgão: 13.809.041/0001-75 - MUNICIPIO DE JEREMOABO / 3056 - MUNICÍPIO DE Identificação: 13809041000175- Preço: R$ 154,00	R$ 277,30	R$ 13.865,00
39	AREIA AMARELA (6M³)	CARGA	100	Órgão: 45.709.920/0001-11 - MUNICIPIO DE BEBEDOURO / 1 - Prefeitura Municipal de Identificação: 45709920000111- Preço: R$ 119,00	Órgão: 88.414.552/0001-97 - Prefeitura Municipal de Jaguarão Identificação: 467026 Preço: R$ 144,00	R$ 263,00	R$ 13.150,00

40	BARRO PARA ATERRO (6M³)	CARGA	100	Órgão: 87.876.801/0001-01 - MUNICIPIO DE TORRES / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE Identificação: 87876801000101- Preço: R$ 39,00	Órgão: 05.131.081/0001-82 - MUNICIPIO DE ORIXIMINA / 1567 - MUNICÍPIO DE Identificação: 05131081000182- Preço: R$ 36,74	R$ 75,74	R$ 3.787,00
41	BRITA Nº 3/4	M³	100	Órgão: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO / 2967 - SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO Identificação: 14353916000130- Preço: R$ 315,00	Órgão: 08.309.239/0001-50 - Prefeitura Municipal de Jandaíra Identificação: 477187 Preço: R$ 300,00	R$ 615,00	R$ 30.750,00
42	TELHA DE AMIANTO 1,83X1,10 MT	UN.	400	Órgão: 13.843.842/0001-57 - MUNICIPIO DE CONCEICAO DO COITE / 1 - MUNICIPIO DE Identificação: 13843842000157- Preço: R$ 64,13	Órgão: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO / 5739 - [P]-FACULDADE DE Identificação: 11022597001082- Preço: R$ 60,00	R$ 124,13	R$ 24.826,00
43	TIJOLO 08 FUROS	UN.	40.000	Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 8656 - Fundo Municipal de Saúde de Tabira Identificação: 10687065000100-1-000017/2026 Preço: R$ 0,95	Órgão: MUNICIPIO DE CAPISTRANO / 000000001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E Identificação: 07063589000116- Preço: R$ 0,80	R$ 1,75	R$ 35.000,00
44	PEDRA PARA ALICERCE	UN.	200	Órgão: 06.052.138/0001-10 - MUNICIPIO DE BURITI BRAVO / 2163 - Buriti Bravo Identificação: 06052138000110-1-000020/2026 Preço: R$ 369,00	Órgão: 41.522.251/0001-13 - MUNICIPIO DE BURITI DOS MONTES / 01 - PREFEITURA Identificação: 41522251000113- Preço: R$ 108,38	R$ 477,38	R$ 47.738,00
45	CERÂMICA ESMALTADA 40X40CM PEI- 5	M²	700	Órgão: MUNICIPIO DE JUAZEIRINHO / 3371 - MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO/PB Identificação: 08996886000187-1-000089/2026 Preço: R$ 27,63	Órgão: 13.128.855/0001-44 - MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO/SE Identificação: 194310 Preço: R$ 20,00	R$ 47,63	R$ 16.670,50
46	CERÂMICA CRISTAL BRANCA 34X34 TIPO A	M²	600	Órgão: Cerâmica 34 x 34 cm, Elizabeth, linha Identificação: Não Preço: R$ 30,03	Órgão: Cerâmica 34 x 34 cm, Elizabeth, linha Identificação: Não Preço: R$ 29,86	R$ 59,89	R$ 17.967,00

47	ARGAMASSA MOD. ACI-PACOTE 20 KG	UN.	800	Órgão: 13.808.613/0001-00 - MUNICIPIO DE CICERO DANTAS / 686 - MUNICÍPIO DE CÍCERO Identificação: 13808613000100- Preço: R$ 18,42	Órgão: 13.108.535/0001-22 - MUNICIPIO DE CARMOPOLIS / 436 - MUNICÍPIO DE Identificação: 13108535000122- Preço: R$ 12,37	R$ 30,79	R$ 12.316,00
48	CAL HIDRATADA PACOTE COM 05KG	UN.	800	Órgão: 06.554.158/0001-90 - MUNICIPIO DE FLORES DO PIAUI / 1597 - MUNICÍPIO DE Identificação: 06554158000190- Preço: R$ 12,50	Órgão: 08.184.111/0001-07 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES Identificação: 00010126 Preço: R$ 25,85	R$ 38,35	R$ 15.340,00
49	MASSA CORRIDA – LATA C/18 LITROS	UN.	150	Órgão: 06.985.832/0001-90 - MUNICIPIO DE URUCUI / 981223 - PREFEITURA MUNICIPAL DE Identificação: 06985832000190- Preço: R$ 78,70	Órgão: 15.126.437/0003-05 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH Identificação: 15126437000305- Preço: R$ 51,91	R$ 130,61	R$ 9.795,75
50	SELADOR P/PAREDE	UN.	100	Órgão: 13.927.801/0003-00 - MUNICIPIO DE SALVADOR / 926821 - SECRETARIA MUNICIPAL Identificação: 13927801000300- Preço: R$ 170,00	Órgão: 12.250.916/0001-89 - MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA / 1 - PREFEITURA Identificação: 12250916000189- Preço: R$ 100,40	R$ 270,40	R$ 13.520,00
51	TINTA BASE D'ÁGUA COR BRANCA – LATA C/ 18 LITROS	UN.	100	Órgão: MUNICIPIO DE UMBAUBA / 6309 - PREFEITURA UMBAUBA Identificação: 13099395000173-1-000051/2026 Preço: R$ 189,98	Órgão: MUNICIPIO DE SERRA BRANCA / 3462 - MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA/PB Identificação: 08874695000142-1-000009/2026 Preço: R$ 241,07	R$ 431,05	R$ 21.552,50
52	TINTA A BASE D'AGUA, CORES VARIADAS 18 LITROS	UN.	100	Órgão: 10.294.254/0001-13 - MUNICIPIO DE OROBO / 2584 - MUNICIPIO DE OROBÓ/PE Identificação: 10294254000113-1-000061/2026 Preço: R$ 249,90	Órgão: 15.180.714/0001-04 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / 150247 - COMPLEXO Identificação: 15180714000104- Preço: R$ 349,99	R$ 599,89	R$ 29.994,50
53	TINTA ESMALTE SINTÉTICO-GALÃO COR AZUL MAR 3.6 LITROS	UN.	100	Órgão: 23.718.356/0001-60 - MUNICIPIO DE ARARENDA / 202508 - SECRETARIA DE Identificação: 23718356000160- Preço: R$ 102,00	Órgão: 08.184.111/0001-07 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES Identificação: 00010126 Preço: R$ 142,78	R$ 244,78	R$ 12.239,00

54	SELADOR ACRÍLICO 18.0 LITROS	UN.	100	Órgão: MUNICIPIO DE PEDRA / 3747 - prefeitura municipal da pedra Identificação: 10106227000170-1-000042/2026 Preço: R$ 93,00	Órgão: MUNICIPIO DE MACHADOS / 5031 - Prefeitura Municipal de Machados Identificação: 11097375000138-1-000001/2026 Preço: R$ 97,62	R$ 190,62	R$ 9.531,00
55	TINTA ACRÍLICA 18.0 LITROS EXTERIOR/INTERIOR CORES VARIADAS	UN.	70	Órgão: 06.985.832/0001-90 - MUNICIPIO DE URUCUI / 981223 - PREFEITURA MUNICIPAL DE Identificação: 06985832000190- Preço: R$ 409,80	Órgão: 24.365.710/0001-83 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE / Identificação: 24365710000183- Preço: R$ 408,99	R$ 818,79	R$ 28.657,65
56	TINTA ACRÍLICA FOSCA BRANCO GELO 18.0 LITROS	UN.	100	Órgão: 10.783.898/0001-75 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E Identificação: 10783898000175- Preço: R$ 400,42	Órgão: 13.170.840/0001-44 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SERGIPE/SE Identificação: 198384 Preço: R$ 430,00	R$ 830,42	R$ 41.521,00
57	CIMENTO (SACO COM 50KG)	UN.	100	Órgão: 10.871.937/0001-96 - JARDIM DO SERIDO CAMARA MUNICIPAL / 10871937000196 - Identificação: 10871937000196- Preço: R$ 47,00	Órgão: MUNICIPIO DE ITAPIUNA / 0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS Identificação: 07387509000188-1-000019/2026 Preço: R$ 50,98	R$ 97,98	R$ 4.899,00
58	FECHADURA DE EMBUTIR P/BANHEIRO	UN.	1000	Órgão: 13.108.535/0001-22 - MUNICIPIO DE CARMOPOLIS / 436 - MUNICÍPIO DE Identificação: 13108535000122- Preço: R$ 52,10	Órgão: 44.555.027/0001-16 - MUNICIPIO DE PIRAJUI / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE Identificação: 44555027000116- Preço: R$ 72,10	R$ 124,20	R$ 62.100,00
59	FECHADURA EXTERNA PARA PORTA	UN.	200	Órgão: 13.761.713/0001-10 - MUNICIPIO DE PRADO / 000000001 - COMISSAO DE LICITAÇÃO Identificação: 13761713000110-1-000033/2026 Preço: R$ 82,26	Órgão: 12.367.892/0001-42 - MUNICIPIO DE CANAPI / 2992 - Secretaria Municipal de Identificação: 12367892000142- Preço: R$ 55,63	R$ 137,89	R$ 13.789,00
60	FECHADURA INTERNA PARA PORTA	UN.	200	Órgão: 12.367.892/0001-42 - MUNICIPIO DE CANAPI / 2992 - Secretaria Municipal de Identificação: 12367892000142- Preço: R$ 47,83	Órgão: 01.612.642/0001-04 - Prefeitura Municipal Zabelê Identificação: 458486 Preço: R$ 43,60	R$ 91,43	R$ 9.143,00

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, de alvenaria, pintura e demais itens previstos na planilha, mediante fornecimento conforme requisições, com recebimento e conferência por servidor designado, observadas as necessidades das quatro Secretarias.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A licitação em questão será realizada por item e verificado que não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo. Os itens não trazem dependência entre si, podendo ser adquiridos separadamente.

Assim sendo, se considera possível adotar esta forma de aquisição, objetivando melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, considerando ainda que a divisão do objeto é tecnicamente possível e economicamente viável.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Continuidade dos serviços públicos, conservação do patrimônio municipal, agilidade na manutenção preventiva e corretiva, maior segurança e funcionalidade dos ambientes e economia decorrente de disputa competitiva e planejamento integrado.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para garantir o sucesso da aquisição de medicamentos para atender às necessidades do município de Cajueiro da Praia–PI, uma série de providências administrativas deve ser meticulosamente planejada e implementada. Essas providências são delineadas da seguinte forma:

- **Pesquisa de Mercado Aprofundada**: Realizar uma pesquisa de mercado complementar com ênfase em identificar fornecedores que atendam aos requisitos específicos. O objetivo é assegurar que a Administração possua um panorama completo dos potenciais fornecedores, bem como das tendências de preços e disponibilidade do mercado. Isso contribuirá para uma estimativa de custo mais precisa e para a seleção da proposta mais vantajosa.
- **Definição de Critérios de Seleção e Avaliação de Propostas**: Estabelecer critérios claros e objetivos para seleção e avaliação das propostas, baseando-se na melhor relação custo-benefício que atenda aos requisitos técnicos e às necessidades das secretarias envolvidas. Estes critérios deverão ser delineados com base nas diretrizes da Lei 14.133/2021, assegurando a seleção de propostas que ofereçam as melhores soluções em termos de economicidade, eficiência e eficácia.
- **Preparação para Gestão e Fiscalização do Contrato**: Elaborar um plano detalhado para a gestão e fiscalização do contrato, incluindo a designação de equipe qualificada para tal fim, conforme o Art. 7º da Lei 14.133/2021. Essa equipe será responsável por monitorar a execução do contrato, garantindo que os fornecimentos prestados estejam conforme o acordado e que quaisquer desvios sejam prontamente corrigidos.
- elaboração de minuta do edital;
- elaboração de minuta da ata de registro de preço;
- encaminhamento do processo para análise jurídica;
- encaminhamento do processo para análise da CGM (controladoria geral do município);
- publicação e divulgação do edital e anexos;
- resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;

- realização do certame, com suas respectivas etapas;
- assinatura e publicação do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização do fornecimento podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.
O fornecimento que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Priorizar, quando tecnicamente cabível, materiais duráveis e eficientes; reduzir desperdício de insumos e embalagens; orientar destinação adequada de resíduos de construção, lâmpadas e materiais elétricos, observando logística reversa e legislação ambiental aplicável.

MAPA DE RISCO

RISCO	DANO/ CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE (1 A 5)	IMPACTO (1 A 5)	CLASSIFICAÇÃO. (REF. MATRIZ)	AÇÃO PREVENTIVA
ATRASO NA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	FRACASSO NA LICITAÇÃO. NECESSIDADE DE REFAZER O PROCESSO LICITATÓRIO	3	4	ALTO	DEFINIR PRAZOS CLAROS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS RIGOROSAS SOBRE ATRASOS. MONITORAMENTO CONTÍNUO DO FORNECEDOR.
FALTA DE FORNECEDORES HABILITADOS PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO	ATRASO NA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	3	3	MÉDIO	EDITAL COM CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO EFICIENTES
DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS PELA EMPRESA CONTRATADA	NECESSIDADE DE RESCISÃO CONTRATUAL E NOVA LICITAÇÃO, COM IMPACTOS NOS FORNECIMENTO MUNICIPAIS	3	4	ALTO	SEGUIR RIGOROSAMENTE OS PROCEDIMENTOS LEGAIS PARA ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2026.11.05.01.XXX MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI, ORIUNDO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.11.05.01 PROCESSO ADM Nº 2026.11.05.01.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXX** PARA **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI** – BASE LEGAL: LEI 14.133/21 E DECRETO Nº 11.462/23.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 01.612.620/0001-44, com sede na Rua Principal, S/N, Bairro Centro, CEP: 64.222-000, Cajueiro da Praia/PI, neste ato representado pelo Secretário de XXXXXXXX, senhor **XXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado na cidade de Cajueiro da Praia/PI, denominado de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 2026.11.05.01, processo administrativo n.º 2026.11.05.01-PE, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI**, especificado no Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

XXXXXXXXXXXXXXX, COM SEDE NO LOGRADOURO XXXXXXXXXXXXXXXXX, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS SOB O Nº XXXXXXXXXXXXX.					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUANT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1					

2					
3					

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de XXXXXXXXXXXX.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP (Intenção de Registro de Preços*)* poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação, conforme artigo 84 da Lei 14.133, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Conforme DECRETO MUNICIPAL Nº 019, DE 01 DE JULHO DE 2025, no caso de aditivo de prorrogação de prazo de vigência contratual da ata de registro de preços, os quantitativos renovam-se automaticamente, retornando assim, as quantidades licitadas inicialmente.

5.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a

oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.3.1. Por razão de interesse público;

9.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cajueiro da Praia/PI, xx de xxxxxxxxxx de 2026.

CONTRATANTE **xxxxxxxxxxxx**	**CONTRATADA** **xxxxxxxxxxxxxxxxxxx** **CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxx** **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** **CPF – xxxxxxxxxxxxxxxxx**
Testemunhas: **Nome:** **CPF:**	**Nome:** **CPF:**

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N° 2026.11.05.01.XXX MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI ORIUNDO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.11.05.01, PROCESSO ADM Nº 2026.11.05.01-PE.

Contrato de prestação de serviço Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cajueiro Da Praia/PI e a empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI**, de acordo com condições, especificações e quantidades constantes no Termo de Referência – Base Legal: Lei 14.133/21.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 01.612.620/0001-44, com sede na Rua Principal, S/N, Bairro Centro, CEP: 64.222-000, Cajueiro da Praia/PI, neste ato representado pelo Secretário de xxxxxxxxxxxxxx, senhor **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, residente e domiciliado na cidade de Cajueiro da Praia/PI, denominado de **CONTRATANTE** e a empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, com sede no Logradouro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, CPF – xxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, **RESOLVEM** celebrar este contrato, perante as testemunhas e em conformidade com as disposições contidas na lei nº 14.133/21, no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.11.05.01**, na proposta da **CONTRATADA**, tudo fazendo parte deste contrato, independentemente de transcrição e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO CONTRATUAL

O presente procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.11.05.01** tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA – PI**, atendendo as especificações e disposições do Termo de Referência e demais anexos.

O presente contrato decorre do procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.11.05.01**, aplicando se todas as disposições contidas na Lei Federal Nº. 14.133/21, suas posteriores alterações, utilizando-se este ordenamento para dirimir casos omissos.

A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este Termo de Contrato vincula-se ao procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.11.05.01**, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição, obrigando a **CONTRATADA** ao prestação dos serviços oriundos do objeto deste contrato, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

PRAZOS, PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O presente contrato tem sua vigência até o dia **xx de xxxxxxx de 2027**, contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.
Pela prestação dos serviços ora contratados a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATRADA** o valor abaixo especificado em parcelas de acordo com prestação dos serviços e em conformidade com a apresentação da Nota Fiscal dos serviços efetivamente prestados, devidamente atestados e autenticados pelo setor competente.
O valor do presente contrato, perfaz o montante global de **R$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	TOTAL	VALOR UND.	VALOR TOTAL
1	BOMBA SUBMERSA 650 220V 5G	UN.	100		
2	BOMBA SUBMERSA 800 220V 5G	UN.	80		
3	BOMBA SUBMERSA 900 220V 5G	UN.	100		
4	BOMBA SUBMERSA CANETA 3' ½ CV 220 MONO	UN.	80		
5	CABO PP 4X6MM	M	1.000		
6	CABO PP 2X2,5MM	M	1.500		
7	CABO PP 3X2,5MM	M	800		
8	CABO 4,00MM C 100 METROS	UN.	150		
9	CABO FLEX. 1.5(14) C 100 METROS	UN.	150		
10	CABO FLEX. 2.5(12) C 100 METROS	UN.	200		
11	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W	UN.	700		
12	LÂMPADA DE LED 30W	UN.	700		
13	LÂMPADA DE LED 40W	UN.	700		
14	LÂMPADA ALOGENICA DE 500W	UN.	700		
15	LÂMPADA ELETRÔNICA DE 40W	UN.	700		
16	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO	UN.	300		
17	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO	UN.	500		
18	CANO DE 75 ESG COM 6MTS	UN.	300		
19	CX. DESCARGA C/BUCHA, CHICOTE E PARAFUSO	UN.	200		
20	CANO DE 100 ESG COM 6MTS	UN.	200		
21	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM	METRO	200		
22	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM	METRO	400		
23	TUBO PVC RÍGIDO P/ ESGOTO - 100MM	METRO	300		
24	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM	METRO	300		
25	TUBO PVC RÍGIDO P/ ESGOTO - 50MM	METRO	200		
26	VASO SANITÁRIO BRANCO	UN.	100		
27	CARRO DE MAO-PNEU BORRACHUDO EM CHAPA	UN.	150		
28	LINHA DE MADEIRA 6X14CM	METRO	100		
29	LINHA DE MADEIRA 7X14CM	METRO	150		
30	PORTA DE MADEIRA, DE 70 X 210 CM, E = 35 MM, NÚCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO PARA PINTURA	UN.	80		
31	PORTA DE MADEIRA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 100X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM	UN.	80		
32	PORTA DE FÓRMICA 60X210 – ANGELIM	UN.	80		
33	PORTA DE FÓRMICA 80X210 – ANGELIM	UN.	80		
34	FORRA DE MADEIRA PARA PORTA – ANEGELIM	UN.	100		
35	JANELA DE MADEIRA, FOLHA 0,5X1,10M – ANGELIM	UN.	100		
36	JANELA DE ALMOFADA DIM. 80X210M ANGELIM	UN.	100		
37	AREIA GROSSA (6M³)	CARGA	100		
38	AREIA LAVADA (6M³)	CARGA	100		
39	AREIA AMARELA (6M³)	CARGA	100		
40	BARRO PARA ATERRO (6M³)	CARGA	100		
41	BRITA Nº ¾	M³	100		
42	TELHA DE AMIANTO 1,83X1,10 MT	UN.	400		
43	TIJOLO 08 FUROS	UN.	40.000		
44	PEDRA PARA ALICERCE	UN.	200		

45	CERÂMICA ESMALTADA 40X40CM PEI- 5	M²	700		
46	CERÂMICA CRISTAL BRANCA 34X34 TIPO A	M²	600		
47	ARGAMASSA MOD. ACI-PACOTE 20 KG	UN.	800		
48	CAL HIDRATADA PACOTE COM 05KG	UN.	800		
49	MASSA CORRIDA – LATA C/18 LITROS	UN.	150		
50	SELADOR P/PAREDE	UN.	100		
51	TINTA BASE D'ÁGUA COR BRANCA – LATA C/ 18 LITROS	UN.	100		
52	TINTA A BASE D'AGUA, CORES VARIADAS 18 LITROS	UN.	100		
53	TINTA ESMALTE SINTÉTICO-GALÃO COR AZUL MAR 3.6 LITROS	UN.	100		
54	SELADOR ACRÍLICO 18.0 LITROS	UN.	100		
55	TINTA ACRÍLICA 18.0 LITROS EXTERIOR/INTERIOR CORES VARIADAS	UN.	70		
56	TINTA ACRÍLICA FOSCA BRANCO GELO 18.0 LITROS	UN.	100		
57	CIMENTO (SACO COM 50KG)	UN.	100		
58	FECHADURA DE EMBUTIR P/BANHEIRO	UN.	1.000		
59	FECHADURA EXTERNA PARA PORTA	UN.	200		
60	FECHADURA INTERNA PARA PORTA	UN.	200		

Os pagamentos serão efetuados de acordo com o prestação dos serviços e aceitação dos mesmos, depois da realização das aferições.
A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal dos serviços discriminados, devidamente atestadas pelo servidor designado para o recebimento do objeto da licitação.
O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período de prestação dos serviços;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
O pagamento será condicionado à apresentação da comprovação de regularidade junto às receitas Federal, Estadual e Municipal, além do FGTS, INSS e CNDT, devidamente atualizada.
Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Após aceitação e ateste de recebimento definitivo dos serviços efetuados na Nota Fiscal, o pagamento será creditado em favor do Contratado, em até 30 (trinta) dias corridos, através de ordem bancária, e obedecendo a devida ordem cronológica dos empenhos e em moeda corrente nacional.
Nenhum pagamento será efetuado à contratada, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto da Nota de empenho e/ou Contrato.

- Se os serviços não estiverem em conformidade com as especificações estipuladas;
- Enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte do Contratado;
- Na falta de qualquer documento aqui exigido ou documentos com irregularidades, o pagamento ficará retido até apresentação de novos documentos, com a pendência sanada, não cabendo ao Município nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento.

Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a contratada apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, a Nota de Emprenho e/ou contrato será anulada pelo Município, fincando assegurado a contratada, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente entregues e atestados;
O Município de Cajueiro da Praia/PI pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: xxxxxxx.
PROJETO ATIVIDADE: xxxxxxxxxxxxxxxx;
FONTE DE RECURSO: xxxxxxxxxxxxxxxxx.
ELEMNTO DE DESPESA: xxxxxxxxxxxxxx

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Devidamente justificado, o contrato é alterável, nas condições previstas no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO

A **CONTRATANTE** fiscalizará o prestação dos serviços contratados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, através de servidor indicado pelo Município de Cajueiro da Praia/PI.
A **CONTRATADA**, quando requisitada, prestará informações e esclarecimentos que demonstrem o efetivo cumprimento do compromisso avençado.
Serão aceitos somente o descrito e solicitado no Termo de Referência que correspondam à fiel execução do Contrato.
Independentemente de os serviços terem sido, a priori, aceitos pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, materiais/serviços com vícios, defeitos ou incorreções de execução.

FISCAL DO CONTRATO

Xxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxx

DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência da previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

Os materiais de construção serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de cada entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, acompanhados da nota fiscal ou do documento de cobrança equivalente. O recebimento provisório destina-se à posterior verificação da conformidade dos materiais com a ordem de fornecimento, as especificações deste Termo de Referência e a proposta da contratada.
Na conferência, serão verificadas as quantidades, as unidades de medida e, conforme o item, as dimensões, as características técnicas, o estado de conservação, a integridade das embalagens e o prazo de validade.
Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou da proposta. A contratada deverá recolher e substituir os materiais rejeitados ou complementar as quantidades faltantes no prazo de **5 (cinco) dias**, contado do recebimento da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da nota fiscal ou do documento de cobrança equivalente pela Administração, desde que realizada a entrega. O recebimento será formalizado por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que registre a conferência e a aceitação dos materiais.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, excepcionalmente e mediante justificativa, por igual período, quando forem necessárias diligências para verificar o cumprimento das exigências contratuais.

O período necessário à correção de divergências no fornecimento ou ao saneamento da nota fiscal ou do documento de cobrança equivalente, quando de responsabilidade da contratada, ficará excluído da contagem do prazo de recebimento definitivo dos itens afetados.
Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, este registrará as ocorrências verificadas na entrega, os itens e as quantidades aceitos e as pendências identificadas, encaminhando o registro e os documentos pertinentes ao responsável pelo recebimento definitivo.
O valor devido por entrega corresponderá à soma dos valores dos itens aceitos, apurados pela multiplicação das quantidades recebidas definitivamente pelos respectivos preços unitários contratados. A fiscalização comunicará à contratada o valor apurado para emissão ou, se necessário, correção da nota fiscal ou fatura e encaminhará a documentação ao setor competente para liquidação e pagamento.
Havendo controvérsia quanto às dimensões, à qualidade ou às quantidades dos materiais fornecidos, a contratada será comunicada para emitir a nota fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
O recebimento provisório ou definitivo não afasta a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos ou desconformidades dos materiais fornecidos, observadas as garantias legais e contratuais aplicáveis.

Da liquidação

Recebida a nota fiscal ou o documento de cobrança equivalente, a liquidação da despesa será realizada no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável por igual período, mediante conferência da documentação e ateste do fornecimento.
Esse prazo será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação por igual período, nas contratações cujo valor não ultrapasse o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou o documento equivalente contém, conforme aplicável:

- A data de emissão e o prazo de validade do documento, quando houver.
- A identificação da contratada, do órgão contratante, do contrato ou instrumento equivalente e da ordem de fornecimento.
- A identificação da entrega, com a descrição dos materiais, as unidades de medida e as quantidades aceitas.
- Os preços unitários, o valor total devido e o destaque das retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro no documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação, o procedimento ficará sobrestado até que a contratada providencie o saneamento. O prazo será reiniciado após a comprovação da regularização, sem ônus para o Município.
A regularidade fiscal da contratada será verificada por consulta aos sistemas ou sítios eletrônicos oficiais ou, quando necessário, mediante apresentação da documentação pertinente, observados os requisitos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
Constatada irregularidade, a contratada será notificada por escrito para regularizar a situação ou apresentar defesa em **5 (cinco) dias úteis**. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.
Se a situação persistir após o prazo concedido ou se a defesa for rejeitada, a Administração comunicará a irregularidade e a existência de pagamento pendente aos órgãos competentes e adotará, no processo administrativo, as medidas cabíveis para a eventual extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Os pagamentos referentes aos materiais efetivamente fornecidos e aceitos seguirão o procedimento regular até que seja proferida decisão sobre a extinção do contrato.

Do prazo de pagamento

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias úteis**, contados da conclusão da liquidação da despesa.
Em caso de atraso imputável ao Município, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, a partir do término do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Da forma de pagamento

O pagamento será realizado mediante ordem bancária para crédito em conta de titularidade da contratada, conforme os dados bancários indicados na proposta ajustada. Será considerada data do pagamento aquela em que a ordem bancária for emitida.

No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias cabíveis, de acordo com os percentuais e as condições previstos na legislação aplicável.
A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar, mediante documento oficial, seu enquadramento no regime para fins de dispensa das retenções relativas aos tributos por ele abrangidos, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Cumprir as obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, em seus anexos e na proposta aceita, assumindo os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de materiais de construção ao Município de Cajueiro da Praia – PI.
2. Entregar os materiais nos locais, prazos e quantidades indicados nas respectivas ordens de fornecimento, observando as unidades de medida, as especificações técnicas e as condições de entrega estabelecidas neste Termo de Referência.
3. Fornecer materiais novos, em condições adequadas de uso, acondicionados de modo a preservar sua integridade durante o transporte e com prazo de validade vigente, quando aplicável.
4. Responsabilizar-se pelo transporte, pelo frete, pelo seguro, pela carga e pela descarga dos materiais, bem como pelos tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, garantias exigidas e demais despesas relacionadas ao fornecimento. O pessoal empregado nessas atividades permanecerá sob responsabilidade da contratada, sem vínculo empregatício com a contratante.
5. Apresentar, a cada entrega, a nota fiscal ou o documento equivalente, com a identificação da ordem de fornecimento e a discriminação dos itens, das unidades de medida, das quantidades e dos valores correspondentes.
6. Recolher e substituir, às suas expensas, os materiais avariados, defeituosos, vencidos ou em desacordo com as especificações, bem como complementar as quantidades faltantes, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da notificação, conforme as condições de recebimento estabelecidas neste Termo de Referência.
7. Comunicar prontamente à contratante qualquer ocorrência que possa comprometer o prazo ou as condições de entrega, informando o motivo e as providências adotadas.
8. Atender prontamente às solicitações da Administração relacionadas ao fornecimento, prestar os esclarecimentos solicitados e adotar as providências cabíveis em relação às reclamações registradas pela fiscalização.
9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, comunicando à contratante qualquer alteração nessas condições.
10. Indicar preposto para representá-la perante a contratante e manter atualizados seus dados de contato durante a execução do contrato.
11. Responder pelos danos causados à contratante ou a terceiros em razão do fornecimento, inclusive durante o transporte e a descarga dos materiais, quando decorrentes de atos ou omissões da contratada, de seus empregados ou prepostos.
12. Resguardar o sigilo das informações e dos documentos de caráter confidencial a que tiver acesso em razão do contrato, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento das obrigações contratuais.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários ao fornecimento dos materiais de construção destinados ao Município de Cajueiro da Praia – PI.

2. Cumprir e fazer cumprir os prazos e as condições estabelecidos neste Termo de Referência e emitir as ordens de fornecimento, indicando os materiais, as unidades de medida, os quantitativos, os prazos e os locais de entrega.
3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de servidor ou equipe formalmente designada, registrando as ocorrências verificadas durante o fornecimento.
4. Receber provisória e definitivamente os materiais, conforme os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência. Conferir as quantidades, as unidades de medida, o estado de conservação e a conformidade dos materiais com as especificações exigidas. Atestar o fornecimento dos itens aceitos para fins de liquidação da despesa.
5. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais em desacordo com as especificações e notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades constatadas, indicando os itens afetados e o prazo para substituição dos materiais ou complementação das quantidades faltantes, conforme previsto neste Termo de Referência.
6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais efetivamente entregues e aceitos, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência.
7. Aplicar, quando cabíveis, as penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas no contrato de fornecimento, observados o contraditório e a ampla defesa.
8. Caberá à CONTRATADA responder pelos compromissos que assumir com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento, bem como pelos danos causados a terceiros por atos de seus empregados, prepostos ou demais pessoas que atuem em seu nome na execução do contrato.

DOS CASOS DE RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas nos art. 137 Lei nº 14.133/21.
O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente ou por acordo entre as partes nas formas e condições definidas na Lei nº 14.133/21, art. 138 I, II, III.
Para a rescisão unilateral, a **CONTRATANTE** deve proceder à notificação à **CONTRATADA**, por escrito, com a antecedência de 30 (trinta) dias, sem que lhe caiba qualquer ônus, dispensado este prazo quando o motivo da rescisão for imputável à **CONTRATADA.**

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/21.

DOS DIREITOS ESPECIAIS DA ADMINISTRAÇÃO

O presente Contrato confere a **CONTRATANTE** as prerrogativas dos incisos art. 124, inciso I e art. 138, inciso I, II, III.

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Os valores devidos à **CONTRATADA** serão pagos por meio de transferência bancária em moeda corrente do país, considerando o efetivo pagamento a data da ordem de pagamento efetuada ao estabelecimento bancário pela **CONTRATANTE**, no caso de vir a ser adotado o pagamento por ordem bancária ou o crédito em conta corrente. A **CONTRATANTE** designará um servidor qualificado, para exercer a fiscalização deste Contrato, obrigando-se a **CONTRATADA** a acolher e cumprir de imediato as recomendações determinadas.

DAS VEDAÇÕES

É vedado à **CONTRATADA**:
Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
Interromper a execução do prestação dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

Aplicam-se ao presente contrato, os documentos abaixo relacionados de conhecimento de ambas as partes independentemente de transcrição:
Termo de Referência do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.11.05.01** e seus Anexos.
Proposta da Contratada.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato tem a natureza de contrato administrativo na forma da Lei nº 14.133/21, regulando-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
Os casos de omissões serão dirimidos por acordo entre as partes, respeitados as normas e princípios da legislação aplicável.

DAS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE

A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda execução contratual compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme previsto art. 92, inciso XVI.

DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Luís Correia/PI, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de quaisquer medidas judiciais, pertinente ao presente contrato.

Por acordarem com os seus termos, este ajuste é assinado pelas partes contratantes, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que, igualmente, o assinam.

CAJUEIRO DA PRAIA/PI, xxxx DE xxxxxxx DE 2026.

_____ **CONTRATANTE** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Secretário de xxxxxxxxxxxx	_____ **CONTRATADA** xxxxxxxxxxxxxxxxxxx. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CPF: nº xxxxxxxxxxxxxxxxxx.
Testemunhas: _____	 _____